

Política, imprensa e a participação dos militares na Abdicação de Dom Pedro I

Politics, press and military participation in the abdication of d. Pedro I

Fernanda Cláudia Pandolfi¹

ferpandolfi@hotmail.com

Resumo. O objetivo desse trabalho é contribuir para aprofundar a compreensão da Abdicação, analisando como e por que setores do exército se uniram aos grupos liberais contra o imperador, focalizando os acontecimentos que imediatamente precederam esse evento. Para isso, centraremos nossa análise no periódico *Republico* e nas ligações de seu redator Borges da Fonseca com os militares. O argumento central do artigo é o de que a imprensa teve um papel fundamental no “7 de abril”, ao se transformar em *locus* privilegiado das disputas políticas. A análise mostrará que esse periódico ajudou a formar uma identidade política pautada pela defesa do nacional contra o despotismo dos portugueses, transformando em causa nacional conflitos internos que já ocorriam no exército, abrindo espaço para a criação de solidariedades que impulsionaram o processo de transformação política que culminou com a Abdicação.

Palavras-chave: Brasil Império, Abdicação, militares, imprensa, d. Pedro I.

Abstract. This work seeks to contribute to a better understanding of the Abdication, analyzing how and why sections of the army joined the liberal groups against the emperor, focusing on the period that immediately preceded this event. The argument is that the alliance between sections of the army and the liberal groups in 1831 was possible because the expansion of the “public space” in the city of Rio de Janeiro, a process in which newspapers such as “O Republico” played a key role as they became a privileged *locus* for political disputes. The article shows that that newspaper helped to build a political identity based on the defense of Brazilian interests against Portuguese despotism, giving momentum to internal conflicts around this subject that were already taking place among sections of the army and hence triggering the process that would lead to the Abdication.

Key words: Brazil Empire, Abdication, military, press, d. Pedro I.

¹ Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis).

² Proclamação em nome da Assembleia Geral aos povos do Brasil, dando conta dos acontecimentos do dia 7 de Abril de 1831, e da nomeação da Regência provisória, e recomendando o sossego e tranquilidade pública (*in* Armitage, 1943, p. 382-383).

Introdução

“Do dia 7 de Abril de 1831 começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos Brasileiros, e livre.”²

Depois de governar o Brasil durante nove anos – de 1822 a 7 de abril de 1831 –, d. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho Pedro de Alcântara.

A explicação da Abdicação pelos liberais vitoriosos foi a de que ela foi um movimento justo, uma vez que expressou a união do povo com a tropa contra o jugo estrangeiro. Apesar de ser um momento importante e talvez até decisivo na constituição de nossa identidade nacional, entretanto, a Abdicação não tem sido enfatizada como tema de pesquisa independente na historiografia recente dos oitocentos. Este trabalho pretende contribuir para o tema, destacando o papel da imprensa na constituição de um espaço público na cidade do Rio de Janeiro, o qual possibilitou a mobilização da opinião pública contra o imperador.

O argumento em linhas gerais será o seguinte. Os problemas políticos e sociais ocorridos ao longo do Primeiro Reinado e o sentimento de antilusitanismo que grassava entre os habitantes do Rio de Janeiro evidentemente contribuíram para desgastar a imagem pública do Imperador, mas não parecem por si só suficientes para explicar um evento tão traumático como a Abdicação. Para compreendê-lo, parece necessário identificar os fatores mais imediatos que influíram no processo da forma como eles se manifestaram nos momentos turbulentos que o precederam. O *insight* mais importante de trabalhos que exploram essa linha de pesquisa, e nos quais o presente trabalho se baseará, é o de que eventos dramáticos como a Revolução Francesa, por exemplo, são muitas vezes resultado de contingências e consequências imprevistas, de acontecimentos “fortuitos e caóticos” como o Grande Medo (Schama, 1989)³. A forma como as transformações sociais dessa magnitude realmente ocorrem, entretanto, depende das instituições existentes nas sociedades em cada momento histórico. Esta perspectiva analítica fornece pistas para entender como o cenário de total impopularidade de d. Pedro e do acirrado antilusitanismo no período que precede a Abdicação resultou do agravamento repentino de conflitos já existentes, por razões em grande parte circunstanciais.

O artigo pretende, especificamente, analisar como e por que os militares se uniram aos grupos liberais em oposição ao governo de d. Pedro I, focalizando nos acontecimentos que imediatamente precederam a Abdicação. Sua tese principal será a de que a aliança entre militares e grupos liberais em 1831 somente foi possível devido à expansão do “espaço público” na cidade no Rio de

Janeiro, processo este em que a imprensa teve um papel fundamental, ao se transformar em *locus* privilegiado das disputas políticas.

Descreveremos como progressivamente se configurou na ala mais radical da imprensa uma identidade política pautada pela defesa do nacional contra o despotismo dos portugueses. Em defesa do nacional, da forma como definido nesses periódicos, uniram-se liberais exaltados e moderados em ferrenha crítica ao governo de d. Pedro I, principalmente nas últimas semanas que precederam a Abdicação. Não descartando os conflitos políticos e sociais ao longo do Império que contribuíram para o desgaste da figura do Imperador, será sugerido que os momentos que precederam a Abdicação foram cruciais para sua deposição, pois aí se erigiram identidades políticas⁴ e alianças fundamentais para entender o 7 de abril. A análise se concentrará no periódico *Republico* e nas ligações de seu redator Borges da Fonseca com os militares à época da Abdicação.

O trabalho procurará fazer uso da renovação teórica e metodológica do uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa no Brasil. Segundo as interpretações mais recentes nessa vertente, as matérias divulgadas pela imprensa passam a ser entendidas não mais como reflexo da realidade, mas como construções que visavam legitimar objetivos específicos⁵. Uma série de trabalhos tem adotado essa hipótese de trabalho, enfatizando o estudo da linguagem nos impressos⁶, bem como a importância da imprensa na configuração dos acontecimentos⁷. Um dos trabalhos mais instigantes nessa linha é o de Darnton (1987), que sugere novas pistas para analisar o pensamento “radical” na imprensa carioca em 1831, ao postular que a violência verbal dos *libelles* franceses não deve ser tomada ao pé da letra, pois eles não tinham como objetivo incitar uma insurreição popular contra o rei e a monarquia, mas conquistar espaço na estrutura de poder prevalecente. Considera, assim, que a linguagem radical utilizada nesses escritos deve ser inserida em seus contextos de produção, uma vez que eles sempre tendem a proliferar em momentos de crise e de liberdade de imprensa. O presente trabalho, da mesma forma, não pretende negar a postura radical para a época com que os liberais exaltados se posicionavam. Mas mostrar que sua linguagem virulenta

³ Para trabalhos que abordam períodos curtos ver o estudo de George Duby (1993) sobre a batalha de Bouvines no período de um dia, mais exatamente das cinco horas que durou a batalha, no qual consegue apreender aspectos dos valores, ideais e mentalidades medievais. Ver também o trabalho de John Lukacs (2001) sobre o embate travado entre Churchill e Hitler em cinco dias decisivos de maio de 1940 que impediram a vitória de Hitler.

⁴ “Identidade política” refere-se ao processo de construção de afinidades na imprensa, incluindo as formas de “manejar” e “ressignificar” dos conceitos (Fonseca, 2006, p. 96).

⁵ Capelato (1986) identifica os objetivos que norteiam a ação dos periodistas e os papéis a que eles se atribuem. Contier (1979) preocupa-se em identificar os campos conceituais das leixas do vocabulário dos redatores de jornais. Para uma discussão recente sobre o trabalho com a imprensa ver Dutra e Mollier (2006). Especialmente o artigo de Luca (2006) analisa como a imprensa deixou de ser encarada como simples depositário de dados, fatos e ideais e passou a incorporar novas abordagens metodológicas como, por exemplo, análise dos discursos, formas de recepção, análise de grupos e redes organizacionais.

⁶ Reinhart Koselleck tem sido referência importante na abordagem conceitual da imprensa. Ver: Morel (2005, capítulo 3) a respeito da leitura liberal do pensamento da Revolução Francesa e das Luzes e Fonseca (2006) sobre as diversas acepções da palavra “república” na imprensa regencial fluminense. Também, Carvalho (2000) ressalta a importância de entender as características da retórica presentes nos textos do século XIX.

⁷ Lustosa (2000) mostrou que a Independência foi sendo gradativamente conquistada na imprensa.

se deve, ao menos em parte, ao fato deste grupo ser a principal oposição ao governo de d. Pedro I na imprensa, com indivíduos que almejavam maior participação política na burocracia do Estado.

Permeia a análise o conceito de “esfera pública” de Jürgen Habermas (1984) referente à constituição de um público estabelecido como grupo de interlocutores entre a sociedade civil e o Estado, juntamente com a ampliação que Arlette Farge (1994) faz desse conceito, ao incluir na análise além das camadas letradas, como faz Habermas, as pessoas comuns iletradas. Espera-se demonstrar que tais autores permitem ampliar a compreensão do papel da imprensa no período em questão, em que novos atores políticos, muitos oriundos das camadas intermediárias que se formavam nas cidades, atuaram na imprensa posicionando-se como defensores dos princípios constitucionais contra o despotismo do governo de d. Pedro I, embora é claro fazendo uma leitura particular do liberalismo.

A historiografia da Abdicação

Em geral, historiadores como John Armitage (1943), Tobias Monteiro (1946) e Octávio Tarquínio de Sousa (1957a) internalizaram as análises que os liberais erigiram da Abdicação. Para esse grupo de historiadores, o “nativismo”⁸ é um elemento fundamental para explicar a Abdicação, tendo, em 1831, a antiga rivalidade entre brasileiros e portugueses congregando os indivíduos de diversas crenças. Tais autores recorreram ao jornal *Aurora Fluminense* para a reconstituição da Abdicação e, por isso, apresentaram a mesma perplexidade e dificuldade deste jornal em explicar por que, em 1831, o antilusitanismo conseguiu aglutinar setores heterogêneos em termos sociais e ideológicos.

Mais especificamente sobre o papel dos militares na Abdicação, Brasil Gerson (1971) sugere que a participação do exército na Abdicação explica-se em grande parte por estarem as tropas contaminadas pelos liberais exaltados. A análise do autor, entretanto, não esclarece o porquê da aliança entre militares e exaltados. Neill Macaulay (1993), por sua vez, enfatiza o fato de que as tropas do exército estavam alinhadas com a causa *nativista* radical sob a influência, sobretudo, de Borges da Fonseca: o autor, entretanto, também não explica o motivo dessa união e o significado do radicalismo desses setores.

Na historiografia mais recente, a compreensão da Abdicação como evento político singular não parece suficientemente enfatizada. Gladys Ribeiro (2002) considera

que a participação da tropa e dos homens pobres e “de cor” nos tumultos de rua em 1831 expressa o antilusitanismo que de fato existia nos substratos mais populares da sociedade decorrente das disputas no mercado de trabalho. A autora, no entanto, centra seu trabalho mais no estudo dos conflitos antilusitanos do que na problemática da Abdicação. Já Iara Souza (1999b) preocupa-se em identificar os diversos fatores que progressivamente minaram o poder de d. Pedro I, como a crise econômica entre os anos de 1825-1830, a qual teria acirrado os conflitos antilusitanos e as rivalidades étnicas e hierárquicas entre os militares. O livro, entretanto, não tem por objetivo analisar os acontecimentos mais imediatos que influíram para a queda do Imperador, problemática a ser desenvolvida nesse artigo.

Na perspectiva da abordagem da emergência da modernidade política na corte, encontram-se os trabalhos de Marco Morel e Marcello Basile. Morel (2005) mostra como as diferentes leituras do liberalismo e do legado da Revolução Francesa no período que abarca a Abdicação encontra um espaço de discussão autônomo em locais como imprensa, associações e na praça pública, lugares não diretamente vinculados à administração pública e que constituem a esfera pública. Segundo Basile (2001), as críticas feitas ao imperador pelas folhas moderadas junto com a *pregação revolucionária* da imprensa exaltada contribuíram para deslegitimar e desestabilizar a monarquia, precipitando a queda de d. Pedro I⁹. A principal contribuição desses dois autores, para os objetivos deste trabalho, é sugerir novas abordagens para a ação dos novos atores políticos em diversos aspectos. Por exemplo, suas alianças com os militares, os recursos utilizados pela imprensa para convencer os leitores de seus argumentos e a apropriação de lutas populares para a “causa nacional”.

Apresenta-se, nas próximas seções, uma interpretação que procura avançar na compreensão dos fatores que levaram à Abdicação sob esta ótica, especificamente mostrando como eles teriam contribuído para favorecer a aliança entre setores da sociedade civil e militares que levou à queda de d. Pedro I. Embora as fontes utilizadas não tenham permitido aprofundar a discussão sobre a participação do povo no processo, elas possibilitaram analisar detalhadamente como indivíduos específicos – particularmente o jornalista Borges da Fonseca – contribuíram para acirrar os ânimos da população civil e dos militares, levando-os a assumir os riscos de um movimento como a destituição de um rei. Mas antes é necessário analisar as condições que levaram a uma crescente insatisfação entre os militares e, finalmente, à eclosão dos eventos de abril de 1831.

⁸ Nativismo é um termo empregado por Armitage como sinônimo de antilusitanismo.

⁹ Basile (2009, p. 59) aponta que a Revolução do 7 de abril possuiu uma dimensão popular importante, resultando não somente da atuação da imprensa, do parlamento, das sociedades secretas e dos quartéis, mas também de forte pressão popular que envolveu centenas de pessoas nos meses de março e abril de 1831.

A organização militar no Império e a insatisfação dos militares durante o Primeiro Reinado

Depois da Independência, com as baixas remunerações e a lentidão nas promoções, as grandes famílias preferiam encaminhar seus filhos para as funções mais lucrativas no comércio e para as carreiras políticas e jurídicas (Schuiz, 1971). Nesse momento, há uma espécie de “militarização revolucionária”, ou seja, é quebrada a aliança entre proprietários rurais e oficiais militares existente no período colonial com a entrada no exército de homens que não pertenciam à classe dos proprietários rurais e que eram simpáticos às novas ideias liberais (Kraay, 2001). Apesar de a historiografia enfatizar a brutalidade com que ocorria o recrutamento forçado, isto não significa que havia um repúdio generalizado ao exército, pois o exército tornou-se um lugar que possibilitava a obtenção de melhores condições de vida por parte dos homens pobres (Kraay, 2004).

A estrutura militar que sobreviveu à Independência era caracterizada pela discriminação dos elementos nativos, o que levou Michael Macbeth (1978) considerar as rivalidades entre oficiais portugueses e brasileiros o motivo mais importante de conflitos dentro do exército em 1831. Os oficiais brasileiros e os elementos subalternos eram vistos como potenciais conspiradores, em contraposição aos lusitanos, que ocupavam os melhores postos de comando.

A crescente presença de estrangeiros no exército do Rio de Janeiro coincide com as medidas que facilitaram a entrada de imigrantes no Brasil a partir de 1808. Em 1827, chegaram ao Rio de Janeiro os irlandeses destinados ao serviço militar. Em 1828, foram mais de dois mil alemães encaminhados para o exército para lutar no sul do País (Diégues Júnior, 1964, p. 29-30). A revolta das tropas alemãs no Rio de Janeiro em 1828 revelou muitos conflitos internos existentes no exército. Esta revolta iniciou-se no dia 9 de junho de 1828 quando um soldado alemão não aceitou o castigo de 100 chibatadas como punição por não ter cumprimentado um oficial brasileiro. Indignadas, as tropas alemãs se revoltaram, exigindo melhores condições de trabalho, equiparadas às dos irlandeses¹⁰. O fato de o exército recrutar pessoas de diversas nacionalidades e com direitos diferenciados para o mesmo serviço, somado à desilusão desses militares com as promessas dos agenciadores, causava descontentamentos e desordens nesta corporação.

Além dessas fontes de tensão, o exército enfrentou momentos de crise ao longo do Primeiro Reinado. A derrota brasileira na Guerra da Cisplatina em fevereiro de 1827 foi desmoralizante e causadora de graves problemas morais. Esta guerra tornou-se bastante impopular entre os liberais que ocupavam o Parlamento e a imprensa, contribuindo para desgastar a imagem do Imperador (McBeth, 1978).

Dessa forma, pode-se afirmar que, ao longo do Primeiro Reinado, o exército acumulou uma série de conflitos internos e externos. Muitos desses conflitos revelam as insatisfações e decepções dos militares com a capacidade de mobilidade social que o exército poderia lhes proporcionar, o que certamente contribuiu para a perda da popularidade do governo de d. Pedro I nessa corporação. No entanto, mesmo que esses conflitos e insatisfações sejam fundamentais para entender o significado da adesão de diversos militares à causa da Abdicação em 1831, não são suficientes para explicar como foi possível a junção dos militares aos liberais em 1831.

A Abdicação de d. Pedro I: aliança entre militares e Borges da Fonseca

Diversas fontes consultadas confirmam a grande movimentação das tropas e de lideranças liberais nas manifestações de abril de 1831. Como explicar a emergência de um movimento desse tipo em uma sociedade ainda supostamente destituída de mecanismos que propiciassem participação popular nas decisões políticas?

Primeiramente, deve-se ter em mente a forma surpreendentemente livre para os padrões da época em que a informação circulava. Sobre tudo em 1829, d. Pedro I concedeu considerável liberdade de imprensa em troca da aprovação pela Assembleia de cortes no orçamento, o que abriu espaço para a radicalização da opinião pública à sua figura¹¹. Em 1829, no bojo dessa radicalização vê-se a emergência na corte dos liberais exaltados, sendo a imprensa seu principal canal de comunicação¹². Segundo, o espaço público em 1831 já era constituído por novos representantes, como os jornalistas que se colocavam com uma missão pedagógica, a de divulgar as novas ideias do constitucionalismo. Um deles foi Borges da Fonseca, uma espécie de “novo revolucionário”, um tipo de líder que possuía um elo com os setores médios e com os segmentos populares da sociedade, com destacada atuação junto aos militares em 1831¹³.

¹⁰ Sobre este conflito, ver Handelman (1982, p. 283-286) e Souza (1999b, p. 330-334).

¹¹ O moderno conceito de opinião pública relaciona-se ao momento em que as discussões políticas não se restringem mais ao círculo privado da Corte. No final do Primeiro Reinado, o conceito incorpora a ideia da soberania popular, visão partilhada pelos liberais exaltados (Neves, 2009, p. 190-191).

¹² Os três primeiros periódicos exaltados foram: *Luz Brasileira*, *Voz Fluminense*, *Nova Luz Brasileira*.

¹³ Guardadas as respectivas diferenças, esta espécie de revolucionário assemelha-se aos “revolucionários profissionais” europeus dos séculos XIX e XX. Sobre este assunto, ver Arendt (2001, p. 319-321). Lideranças desse tipo são capazes de intermediar as relações entre a *haute politique* partidária e os interesses mais imediatos do homem comum (Carvalho, 2003).

Antônio Borges da Fonseca nasceu na Paraíba em 7 de abril de 1808 descendendo de importante família de administradores coloniais. Aos 18 anos foi para Recife estudar no Liceu Pernambucano e conviveu com nomes do jornalismo de destaque da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador de 1824. Participou da Praieira no Recife em 1848-1849 representando os segmentos mais populares. Apesar de não ser imune às concepções racistas, Borges foi simpático à emancipação gradual dos escravos militando na década de 1860 na sociedade secreta “A popular” (Carvalho, 2003, p. 215-216). Figura multifacetada, Borges possuía um perfil ideológico complexo e nem sempre coerente à primeira vista. Teve atuação destacada na Abdicação, não se restringindo a escrever artigos em jornais, chefiando grupos em protesto pelas ruas da cidade e buscando adesões nos quartéis. Ocupou vários cargos públicos e foi redator de diversos periódicos ao longo de sua vida¹⁴.

No Rio de Janeiro na época da Abdicação, Borges colocou-se como pertencente à facção exaltada. A historiografia tem ampliado a compreensão desse grupo apontado por Octávio Tarquínio de Sousa (1957a) como moços influenciados pela Revolução Francesa que refletiam o ambiente político europeu radical. De fato, os trabalhos atuais mostram que os exaltados foram mais abertos à ampliação dos direitos de cidadania e denunciaram injustiças contra as camadas pobres da população. Apesar da proximidade com os segmentos pobres, não parece razoável associar automaticamente os exaltados com as camadas populares, pois havia entre eles proprietários rurais (embora em minoria), profissionais liberais, padres, funcionários públicos e médicos, e, dessa forma, a composição social dos liberais exaltados não era fundamentalmente diferente dos Moderados e dos Caramurus. Apesar disto, é inegável que os exaltados possuíam uma identidade política própria que se concretizava em redes de (contra) poder que abrangiam diversas províncias, mas sem chegar a ocupar o poder central (Morel, 2005, p. 109-114).

As referências aos “liberais exaltados” e “liberais moderados”, como os mesmos eram denominados na época, devem ser entendidas tendo em mente a imprecisão que marca as categorias políticas nesse momento. A facção liberal moderada, por exemplo, não se constituiu no período regencial em um grupo coeso e com disciplina partidária. O próprio Borges da Fonseca ajudou a fundar e participou da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro ao lado de elementos da oposição moderada como Evaristo da Veiga. Esta associação foi uma tentativa de frear

por parte de setores das camadas dominantes a insurreição começada no 7 de abril de 1831 (Guimarães, 2001, p. 109).

O primeiro número do *Republico* – jornal carioca em que Borges da Fonseca era o redator – data de 2 de outubro de 1830. A epígrafe escolhida para o primeiro número foi tirada da obra *Contrato Social*, de Rousseau: “Povos livres, lembrai-vos desta máxima – A liberdade pode-se adquirir; mas depois de perdida, não se pode recobrar”. Nesse número, Borges apresenta como missão do periódico desmascarar os inimigos das liberdades nacionais, tendo sido escolhida esta epígrafe por considerar a pátria vítima de governos traidores. No primeiro número do *Republico*, são citadas como críticas ao governo: o desprezo quanto às liberdades individuais, a profusão de despesas supérfluas e o privilégio concedido à ambição dos estrangeiros. Como garantias individuais, o jornal enuncia a não obrigatoriedade do cidadão do pagamento de impostos que não foram anualmente determinados pela Representação Nacional (*Republico*, 02/04/1831, p. 240).

No número de 9 de março de 1831, dois dias antes da Noite das Garrafadas, a crítica do redator do *Republico* centrava-se no desrespeito à Constituição e na acusação de o governo de d. Pedro I ser guiado por um Gabinete Secreto de homens ferozes. No mesmo número, Borges defende o direito do povo se indignar quando é ultrajado, pois, quando os direitos são invadidos, é preciso avaliar até onde é legítimo obedecer. Em 12 de março de 1831, Borges da Fonseca ataca os ministros e conselheiros que abusam da paciência dos brasileiros e precipitam o Estado para os horrores de uma guerra civil. Apesar de linguagem combativa, advogando o direito de revolução como significado de mudança política contra governos despóticos, até este momento Borges ocupa-se, sobretudo, em atacar a conduta dos maus ministros e conselheiros de d. Pedro I. Neste mesmo número, Borges publica uma carta endereçada ao Imperador, colocando-se como amigo da liberdade e da Monarquia do Brasil, e pede desculpa caso seu excesso o chocar. Argumenta que o Imperador é enganado por um partido de interesses estranhos ao trono constitucional: “Senhor, até quando consentireis em ser iludido por gente tão traidora? Quando deixareis de ter tão boa fé para com tais monstros?” (*Republico*, 12/03/1831, p. 212). O tom da crítica do *Republico* ao governo de d. Pedro I antes das Garrafadas, portanto, ainda não era, pelo menos não abertamente, antilusitano. Também não havia uma oposição à forma de governo monárquica, como sugerido na carta endereçada ao Imperador¹⁵.

¹⁴ Dos estudos específicos sobre Borges da Fonseca, ver: Santos (1994) aprofunda o estudo do perfil e da biografia de Borges da Fonseca, dando ao redator um caráter heroico. Ricci (1995) coloca Borges da Fonseca como um pensador e conspirador na defesa das liberdades, do constitucionalismo e dos princípios republicanos.

¹⁵ Fonseca (2006, p. 103-109), no entanto, já identifica posições republicanas em Borges antes da Abdicação. Como a defesa da república era crime previsto pelo Código Criminal de 1830, a autora analisa os recursos utilizados pelos periódicos na Regência para defender os princípios republicanos. A desqualificação da monarquia, segundo a autora, foi um recurso utilizado pelo *Republico* em 19 de fevereiro de 1831 para enaltecer a república, onde Borges da Fonseca critica o costume do beija-mão por parte do Imperador. Uma maior radicalização do pensamento exaltado ocorre, sobretudo, após a Abdicação; ver Basile (2006, p. 602-612).

Já havia nesse momento, entretanto, uma defesa explícita do regime federativo. A disputa na organização do Estado entre adotar o princípio federativo ou optar pela centralização remonta à Independência¹⁶. O autonomismo provincial significava o poder para as elites locais administrarem rendas, controlarem a força militar e exercerem a governabilidade. A aceitação da independência pelas elites partidárias do autonomismo deveu-se a uma identificação entre proposta constitucional e autonomismo, como expôs Borges da Fonseca. Ele esperava que, com a Independência, a divisão do poder pudesse contemplar todos os grupos. Segundo Borges, quando o Imperador subiu ao trono, eles estavam felizes porque constituíam um povo que, mesmo sem instituições, havia proclamado a regeneração. Prometia-se ao Brasil “todo o bem com pouco sacrifício”. Com a Independência, pensava-se que seria possível reunir todos os partidos e “repartir com todos, sem atenções particulares, os encargos do Estado segundo somente as qualidades morais dos cidadãos” (*Republico*, 09/03/1831, p. 204). No entanto, acredita que o monarca teria sido iludido por corruptos que o levavam a fazer negociações que ultrajavam e comprometiam a dignidade nacional. A monarquia federativa seria, portanto, uma forma de reduzir a influência perniciosa desses grupos.

A partir do número do *Republico* do dia 16 de março de 1831, em que pela primeira vez a Noite das Garrafadas é abordada, o discurso de oposição ao governo de d. Pedro I se radicaliza. Nesta edição foi publicada uma pequena coluna sobre a Noite das Garrafadas, que assim se iniciava:

É desta forma, Brasileiros, que somos agredidos e agredidos traiçoadamente pela gente xumbatica? E dir-se-á que a provoquemos? Ah! Malvados, que, acobertados pelo infame gabinete secreto, assim derramais o sangue brasileiro que pede vingança! (Republico, 16/03/1831, p. 217).

O nome “Noite das Garrafadas” foi dado ao principal distúrbio de teor político e social que precedeu a Abdicação e no qual, segundo os relatos, portugueses e brasileiros se atracaram com cacos de garrafas e outros objetos. Os eventos ocorreram no quadrilátero delimitado pelas Ruas da Quitanda, dos Ourives, Direita e das Violas¹⁷, localidades de comércio português, e no Rocio,

habitada, sobretudo, por negros e pardos, entre os dias 11 e 15 de março de 1831.

A partir das Garrafadas, o *Republico* erige a imagem de um Imperador protetor dos portugueses e que, por isso, perdia o apoio dos brasileiros. Sai de cena a figura do Gabinete Secreto e entra a do português privilegiado por ocupar os melhores empregos públicos e por serem europeus os comandantes dos corpos e oficiais superiores no exército. Atrelada à acusação de favorecimento dos portugueses, o *Republico* divulgava haver um projeto de recolonização do Brasil como, por exemplo, um plano de ataque por parte dos *marinheiros* do Arsenal S. Bento para depois lançar fogo na cidade (*Republico*, 21/03/1831).

A mudança progressiva de tom dos escritos de Borges da Fonseca nos leva a repensar a interpretação geral dos liberais exaltados como preconizadores de mudanças radicais nas instituições pela via revolucionária. Os exaltados não ocuparam posições importantes na administração da política, e os homens com cargos notáveis no período regencial filiavam-se ao partido moderado (Sousa, 1957b, p. 130-133). Consta que o próprio Borges da Fonseca candidatou-se várias vezes a deputado, porém nunca foi eleito. Como hipótese a ser mais explorada, podemos considerar que os liberais exaltados, por não conseguirem uma posição de destaque na administração política do Estado, expressam sua frustração em seus discursos radicais¹⁸.

O *Republico*, principalmente a partir da Noite das Garrafadas, simplificou e polarizou as diversas disputas políticas em dois grupos opostos – os “portugueses”, favoráveis ao despotismo do Gabinete Secreto e à recolonização, contra os “brasileiros”, defensores da liberdade e representantes dos interesses nacionais. Não se quer desconsiderar o caráter antilusitano dos conflitos na Noite das Garrafadas¹⁹, mas assinalar que é só a partir desse momento que eles adquiriram uma dimensão nacional.

Mesmo com a mudança do ministério após a Noite das Garrafadas e a nomeação de brasileiros favoráveis ao gosto dos liberais, a crítica ao governo de d. Pedro I continuava. Para o *Republico*, esta mudança deveria ter ocorrido dois meses antes, quando a opinião pública declarou-se contra os quatro ministros demitidos. Acrescenta que essa mudança é resultado de um plano conspiratório (*Republico*, 26/03/1831, p. 231).

Ao que tudo indica, os boatos de planos conspiratórios corriam nessa sociedade e adquiriam importância

¹⁶ Segundo Berbel (2006, p. 194-206), a disputa pela autonomia provincial na época da Independência levou para o Rio de Janeiro os conflitos internos das províncias, e o fechamento da Assembleia Constituinte em novembro de 1823 rompeu o acordo firmado em Lisboa. Como justificativa, falou-se da necessidade do fortalecimento do poder central para o controle das províncias.

¹⁷ A organização dos festejos é atribuída aos portugueses comerciantes estabelecidos nessas ruas.

¹⁸ Segundo Chartier (1990, p. 25), a multiplicação de cargos e ofícios com a formação do Estado Moderno produziu em muitos indivíduos a esperança de uma carreira na justiça ou na administração, porém, criou muitos diplomados frustrados com a saturação do mercado de posições do Estado. Esses, por sua vez, dirigiram seus ressentimentos contra a sociedade ou contra o Estado.

¹⁹ Sobre o antilusitanismo nas Garrafadas, ver Ribeiro (2002, p. 13-25).

significativa para a formação da opinião pública²⁰, sobretudo numa cidade, como o Rio de Janeiro, com altos índices de analfabetismo e cuja cultura oral ainda constituía um traço marcante na disseminação da informação²¹. Boatos nessas condições ganham força e se disseminam como crenças em momentos em que o poder está fragilizado, constituindo-se assim em uma manifestação de vácuo de autoridade. Não há, por exemplo, indícios concretos da existência de um projeto de recolonização na época, como alardeado pelo *Republico*.

O desfecho das disputas políticas que levaram d. Pedro I abdicar aconteceu no Campo da Aclamação nos dias 6 e 7 de abril de 1831, com a formação de uma multidão estimada em quatro mil pessoas que pedia a restituição do Ministério demitido. No dia 6, Borges dirigiu-se ao Largo do Moura com Odorico Mendes, o povo e a tropa, acampando a seguir em frente ao paço da Câmara Municipal. Após várias tentativas para convencer d. Pedro I a reintegrar o Ministério, o general Francisco de Lima e Silva foi até o Imperador expor a ele que a maior parte da tropa estava contra suas medidas, o que foi em vão, pois o Imperador preferia acreditar que o ajuntamento era insignificante (Faria, 1831, p. 30-58).

Por ordem de Borges da Fonseca, diversos corpos foram para o Campo de Santana, incluindo o batalhão do Imperador (Fonseca, 1867, p. 11). Observa-se a relutância do Imperador em acreditar que esse ajuntamento representasse algum perigo. Ele somente se convenceu de que a situação era delicada quando recebeu a notícia por meio do Major Zeferino Pimentel Moreira do Primeiro Corpo de Artilharia, que mandou um criado dizer que toda a tropa estava no Campo, inclusive o Batalhão do Imperador. Diante da presença do major Frias, da Imperatriz e de dois ministros estrangeiros, d. Pedro I lavrou de seu próprio punho o Decreto da Abdicação no dia 7 de abril de 1831 (Faria, 1831, p. 65-71).

Parcela considerável do exército deixou de apoiar d. Pedro I, fato importante para consumir a Abdicação. Mas como explicar a incrível adesão das tropas aos liberais exaltados? A ligação de Borges da Fonseca com os militares nos sugere por que isso foi possível e qual era o ideário que os uniu. Sabe-se que Borges esteve empenhado diretamente na aliciação dos militares nos quartéis e que foi intensa a ligação dele com o exército. Ele participava das reuniões acontecidas no Largo do Moura, nas quais se encontrava aquartelada a brigada de artilharia, formada em sua maioria por soldados pernambucanos. A ligação de Borges com o exército se dava tanto com a oficialidade

quanto com os praças, tendo chegado mesmo a participar dos eventos comemorativos de vários corpos do exército (*Republico*, 30/03/1831, p. 236).

É analisando o periódico do qual Borges era redator que se pode compreender melhor como se deu sua ligação com os militares. Em 1831, o *Republico* colocou-se como porta-voz dos conflitos internos ocorridos no exército, divulgando e denunciando casos de abuso de autoridade nessa corporação. Uma breve explanação de alguns casos nos permite entender como a denúncia de incidentes internos do exército uniu-se à causa dos liberais. Em um dos casos, que o sargento Pedro Paes Soares teria sido preso por ser surpreendido lendo um periódico liberal, usando-se como pretexto para sua prisão o fato de ele se encontrar fora da guarda. O *Republico* também denunciou que os oficiais inferiores não podiam estabelecer comunicação uns com os outros, constantemente ameaçados e aconselhados a não lerem os periódicos liberais, sob o motivo de que estes pregam contra o Imperador (*Republico*, 05/03/1831, p. 201). Numa sessão com o título *Continuam as Arbitrariedades do Sr. Pardal*, denunciou-se o fato de o militar Sr. Pardal, além de conservar o sargento Pedro Paes preso sem crime, enviou-o destacado para a Fortaleza de Santa Cruz, ferindo o direito de baixa desse sargento, uma vez que ele havia cumprido o seu período de praça voluntário (*Republico*, 12/03/1831). Em outra sessão intitulada *Arbitrariedades*, constam vários casos de militares maltratados e castigados pelos seus superiores, como o brigadeiro graduado João Batista Alves Porto, que maltratava a tropa da guarnição aplicando chibatadas, além de tratar com grosseria os oficiais. Outro caso refere-se ao Brigadeiro comandante da Fortaleza de Santa Cruz, que aplicou castigo injusto a dois soldados do corpo de artilharia. Para conter essa escalada de arbitrariedades, *O Republico* conclama os soldados a não mais sofrerem castigos arbitrários, sem haver precedido a um conselho de investigação (*Republico*, 09/03/1831, p. 208). Para a defesa desses militares, o jornal recorria ao ideário do liberalismo, condenando os excessos que resultavam do não cumprimento das leis.

Pela leitura do *Republico* é possível, então, discernir a formação de uma identidade política dos militares com os setores liberais da sociedade civil. Tal identidade baseava-se na promessa de que os liberais estavam dispostos a acabar com a opressão na qual a sociedade estava mergulhada, resultado, segundo os mesmos, das práticas arbitrárias dos homens que cercavam d. Pedro I, considerados *absolutistas* e acusados de tramarem a *recolonização*

²⁰ No processo de formação da "opinião pública", diversos meios de comunicação interagem: palavra impressa e linguagem oral se relacionam, moldam e expressam uma opinião pública (Darnton, 1987). Farge (1994) mostra que, na Paris da segunda metade do século XVIII, os rumores populares cresceram e ganharam vida própria a despeito do controle exercido pelo governo.

²¹ Como coloca Lefebvre (1979, p. 80), a comunicação oral favorece a multiplicação de falsas notícias, o aumento de deformação dos fatos e o surgimento de lendas.

do Brasil. Nesse sentido, os conflitos no exército entre subalternos e superiores e a disputa dos oficiais brasileiros para ocuparem postos de comando também derivavam das práticas arbitrárias que estariam disseminadas pela sociedade e que somente desapareceriam com a propagação das luzes e com o afastamento dos chamados absolutistas.

Assim, principalmente depois da Noite das Garrafadas, o antilusitanismo tornou-se bandeira de luta nacional e foi capaz de unir setores heterogêneos das elites e camadas médias e mesmo segmentos populares presente nas tropas contra o governo de d. Pedro I, ao contrário da bandeira da federação, aspiração restrita aos liberais exaltados. O discurso do *Republico* não refletia apenas uma leitura particular do liberalismo e de autores franceses, mas era também progressivamente influenciado pelos acontecimentos, particularmente após as Garrafadas, que modificou a maneira de interpretar a realidade por parte dos liberais, radicalizando suas opiniões nos momentos que precederam a Abdicação.

O declínio da popularidade do Imperador no parlamento e na imprensa liberal foi indiscutível, mas é possível medir a impopularidade de d. Pedro I no cotidiano das pessoas comuns? O ajuntamento no Campo de Santana²² é repleto de significações a este respeito, uma vez que a opinião popular pode ser apreendida não somente pela fala, mas por atos e comportamentos. As fontes indicam que, ao espalhar-se a notícia da Abdicação, o povo acorreu para o Campo a fim de abraçar os “bravos defensores da pátria”. Junto ao povo havia senhoras que tornavam “menos feio o medonho aspecto das armas” e jovens brasileiros dirigiam seus louvores à “nação regenerada” (Barreto, 1831, p. 51-52).

Não se tem, entretanto, como saber ao certo se esta imagem é verdadeira; isto é, se o povo que presenciou a Abdicação estava se regozijando ou simplesmente pasmado diante do ajuntamento militar e da Abdicação do Imperador. É possível que a alusão ao povo tenha sido apenas uma figura de retórica usada pelos liberais para consolidar a vitória da Abdicação como resultado de um pacto. Mas, independentemente de ter havido ou não uma participação popular significativa como querem fazer crer os liberais, não se pode deixar de considerar que na tropa havia segmentos populares alistados, como mulatos e negros, que provavelmente participaram ativamente do movimento.

Carl Seidler (1980), militar residente no Rio de Janeiro em 1831, narra certa desordem e radicalização por parte dos segmentos populares no Campo de Santana no dia 5 de abril. Nas esquinas das ruas do Rio de Janeiro,

discutia-se e gritava-se: “Fora estes filhos do reino! Fora a cachorrada!” Os amotinados portavam armas, como cacetes, facas e pistolas. Quando chegava a noite diminuía os ajuntamentos, para recomeçar novamente na manhã seguinte com novos grupos que gritavam em voz alta: “Abaixo o Ministério!” e vozes abafadas: “Abaixo o Imperador!” (Seidler, 1980, p. 293). Mais gritarias no decorrer do dia, alguns gritavam: “Pro inferno estes diabos!”; um corpulento mulato falou: “Que prazer seria dar uma facada nesta canalha portuguesa”. Avistavam-se nos descontentes bengalas erguidas e facas debaixo das mangas dos casacos. Após a Abdicação, segundo Seidler, o clima era de felicidade, os brasileiros sonhavam com um futuro feliz, ao mulato esfarrapado nobilitava dizer: “Eu sou brasileiro verdadeiro” (Seidler, 1980, p. 299). No mesmo dia em que ocorreu a Abdicação, segundo Bösche (1918), bandos armados de indivíduos das “classes baixas” percorriam as ruas da cidade e davam vivas a si mesmos: “Vivam os valentes e heroicos Brasileiros, vivam os habitantes desta leal e heróica cidade do Rio de Janeiro!” Eles também arrombaram e saquearam lojas e vendas dos portugueses (Bösche, 1918, p. 214).

Considerando-se que o antilusitanismo tenha contribuído para unir grupos e interesses opostos, ainda assim apenas este ódio não explica por que os segmentos populares saíam às ruas para protestar mais declaradamente quando dos ajuntamentos iniciados no dia 5 de abril a despeito da repressão que o Estado constantemente empregava para castigar os desordeiros. Pode-se inferir que eles agiam pela percepção do enfraquecimento do Estado, como também porque possuíam apoio de parcela considerável da “boa sociedade”. Este parece ser o momento de protestar ou mesmo de se vingar da tirania de um Estado que se corporificava na figura do português. Esses liberais exaltados, aqui exemplificados na figura de Borges da Fonseca, levaram seu discurso do governo despótico e que tramava uma recolonização aos substratos mais populares como entre os militares de baixa patente, provocando solidariedades que contribuíram para uma transformação política – a Abdicação.

O discurso “radical” que emocionava também poderia tornar-se um risco, levando a rumos contrários aos pretendidos. Os discursos dos exaltados, assim, se desradicalizaram imediatamente depois da Abdicação. Concluído o processo, ordenou-se às tropas que se recolhessem aos quartéis. A Abdicação passa a ser louvada como uma *revolução sem sangue*, sendo o povo e nação brasileira elogiados por possuir caráter *dócil e pacífico*²³. Borges da Fonseca lança um Manifesto²⁴ elogiando a *gloriosa revolução* do “7 de abril” e pede aos concidadãos que confiem no governo.

²² No Campo de Santana encontravam-se, entre outros, os Quartéis de Infantaria e da Cavalaria e também o Conselho Municipal, coexistindo aí o elemento militar e o poder civil local (Morel, 2005, p. 162).

²³ Proclamação do General José Joaquim de Lima e Silva. Publicada (*in* Faria, 1831, p. 87-88).

²⁴ Manifesto político de Antônio Borges da Fonseca, 12 de abril de 1831.

Justifica que sua repentina moderação é determinada pela prudência, mas que continuava vigilante. Borges pede aos soldados que respeitem seus superiores e que não apóiem os que contra eles se insubordinam. Pede aos soldados para não levarem as armas quando saírem para a cidade, que as deixem no quartel. Avisa os concidadãos para não acreditarem em tudo o que se diz, pois é antigo o rifão *em tempo de guerra mentira como terra*.

Considerando que a defesa da moderação após a Abdicação refletia mais as alianças do momento do que uma definição de princípios por parte dos liberais exaltados, como colocou Morel (2005, p. 111), aceitariam os militares ligados a Borges da Fonseca recuar do “radicalismo” rumo à moderação? Esta união se mostrou passageira. Nos meses que sucederam a Abdicação, o cenário é de sedições na cidade do Rio de Janeiro, levadas adiante pelos exaltados e por setores do exército descontentes com os rumos subsequentes. O apoio do exército ao novo governo seria passageiro, sendo o ano de 1831 de muita indisciplina nos quartéis. A 12 de julho de 1831, os liberais descontentes sublevaram-se junto com o corpo de artilharia da marinha na Ilha das Cobras (Souza, 1999a, p. 99-100). É nesse contexto que agiu a recém-criada Guarda Nacional, trabalhando para a pacificação interna e manutenção da unidade nacional. Como corporação paramilitar, ela atuou no reforço do poder civil, uma espécie de sustentáculo do governo instaurado com o “7 de abril” (Castro, 1979). Após a Abdicação, os liberais licenciaram e transferiram parte considerável da tropa e do exército. A justificativa para sua desmobilização foi de que os exércitos permanentes na Europa se ligavam à sustentação de regimes absolutistas e que, na América, exércitos fortes possibilitariam a formação de pequenos Bonapartes, como na Argentina com Rosas e no México com Santa Anna. Argumentavam que um exército numeroso retiraria muita mão de obra da produção e que a tropa se inclinava a ser um fator de anarquia na medida em que tendia a unir-se à população. O ressentimento de setores do exército com essas medidas foi intenso. Em 1832, o jornal *Sentinela da Liberdade*, cujo redator era Cipriano Barata, assinala que os mulatos eram maioria entre os militares que participaram do “7 de abril” e que logo depois foram perseguidos pelos seus aliados liberais. Ainda em 1849, o jornal *Soldado Brasileiro* atacava os *luzias* por terem enganado o exército em 1831 e por persegui-lo nos anos que permaneceram no poder (Carvalho, 1996, p. 173).

Conclusão

A imprensa carioca foi um lócus importante de gestação da Abdicação, por nela haver se sintetizado a configuração de uma identidade política que tornou

possível a Abdicação. Um elemento fundamental para a construção dessa identidade foi o discurso aglutinador do liberal exaltado Borges da Fonseca, que trouxe para a cena pública os conflitos internos do exército, antes restrito ao espaço dessa instituição.

A junção de interesses entre liberais e militares foi, entretanto, passageira. Após a Abdicação e ainda em 1831, os militares romperam este pacto não escrito, sublevando-se ao se sentirem enganados pelos liberais, seus aliados de véspera. Tal fato indica o caráter circunstancial do discurso antilusitano, apropriado pelos liberais exaltados após a Noite das Garrafadas em 1831 como bandeira de luta em prol da legitimidade de suas ações, mais impulsionadas por interesses políticos, como a busca por maior participação na burocracia do Estado através da defesa do Federalismo, do que por razões ideológicas.

Mesmo sendo os mais próximos dos segmentos populares, o *Republico* defendia neste momento mais mudanças estruturais no âmbito político do que verdadeira inclusão social, o que não os torna menos radicais aos olhos daquela sociedade por darem voz e serem os representantes mais próximos dos setores populares como dos militares de baixa patente, fazendo conflitos que antes permaneciam no âmbito privado serem incorporados como causa nacional. A análise do periódico *Republico*, embora essa análise deva certamente ser complementada por outras fontes, permitiu-nos reconstituir os momentos que precederam a Abdicação e esboçar o processo de construção de uma identidade política por parte de grupos e indivíduos que deram um sentido, ainda que momentâneo, ao que significava ser brasileiro.

Essa identidade fundamentada no que Arlette Farge denomina de “dor política”, incluindo o desprezo pelo rei e a indignação diante da injustiça, tem formas próprias de exprimir-se que podem levar a novos acontecimentos (Farge, 2011, p. 20-23). Nos momentos que precederam a Abdicação, os conflitos de ordem privada como os conflitos internos dos militares, as rixas entre brasileiros e portugueses presentes nas Garrafadas e no dia a dia da cidade, acabaram por se sintetizar com o sofrimento de toda uma sociedade, subjugada pelo despotismo do governo que protegia os portugueses, tornando-se assim importantes fatores de mudança.

Referências

- ARENDRT, H. 2001. *Sobre a revolução*. Lisboa, Relógio D'Água, 398 p.
- ARMITAGE, J. 1943. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de d. Pedro I em 1831*. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 389 p.
- BARRETO, J. 1831. *História da revolução do Brasil com peças oficiais e fac-símile da própria mão de d. Pedro*. Rio de Janeiro, Typ. Imperial de E. Seignot-Plancher, p. 51-52.

- BASILE, M. 2001. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial*. Rio de Janeiro, FGV, 152 p.
- BASILE, M. 2006. Projetos políticos e nações imaginadas na imprensa da Corte (1831-1837). In: E.F. DUTRA; J. MOLLIER, *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo, Annablume, p. 595-620.
- BASILE, M. 2009. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: K. GRINBERG; R. SALLES (orgs.), *O Brasil Imperial – vol. II: 1831-1889*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 53-119.
- BERBEL, M.R. 2006. Os apelos nacionais nas cortes constituintes de Lisboa (1821/22). In: J. MALERBA (org.), *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro, FGV, p. 181-208.
- BOSCHE, E.T. 1918. Acontecimentos políticos: abdicação de d. Pedro I. Imperador do Brasil. In: E.T. BOSCHE, *Quadros alternados: viagens terrestres e marítimas, aventuras, acontecimentos políticos, descrição de usos e costumes de povos durante uma viagem ao Brasil*. *Revista do IHGB*, 83:203-220.
- CAPELATO, M.H.R. 1986. Os intérpretes das luzes: liberalismo e imprensa paulista (1929-1945). São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 376 p.
- CARVALHO, J.M. de. 1996. *A construção da ordem: a elite política imperial; teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 436 p.
- CARVALHO, J.M. 2000. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, 1:123-152.
- CARVALHO, M. 2003. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira (1848-1849). *Revista Brasileira de História*, 23(45):209-238.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000100009>
- CASTRO, J.B. de. 1979. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Nacional, 260 p.
- CHARTIER, R. 1990. *A história cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, Difel, 245 p.
- CONTIER, A.D. 1979. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis, Vozes, 313 p.
- DARNTON, R. 1987. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 271 p.
- DIÉGUES JÚNIOR, M. 1964. *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 385 p.
- DUBY, G. 1993. *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 312 p.
- DUTRA, E.F.; MOLLIER, J. (orgs.). 2006. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, 624 p.
- FARGE, A. 1994. *Subversive Words: public opinion in Eighteenth-century France*. Pennsylvania State University Press, 230 p.
- FARGE, A. 2011. *Lugares para a história*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 135 p.
- FARIA, S.C. 1831. *Breve história dos felizes acontecimentos políticos no Rio de Janeiro em os sempre memoráveis dias 6 e 7 de abril de 1831 remontada a epocha da viagem de Ex-Imperador à Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Typ. de Thomaz B. Hunt e C., p. 30-58.
- FONSECA, A.B. 1867. *Manifesto político: apontamentos de minha vida política e da vida política do Sr. Urbano Sabino Pessoa de Melo*. Recife, Typ. Commercial de G. H. de Mira, p. 11.
- FONSECA, S.C. 2006. Apontamentos para o estudo da linguagem republicana na conformação de identidades políticas na imprensa regencial fluminense. In: L. NEVES; M. MORE; T. FERREIRA (orgs.), *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, DP&A/Faperj, p. 94-112.
- GERSON, B. 1971. A Abrilada, a Abdicação, a Regência, mas com a sobrevivência e a unidade do Império salvas pela mão do padre Feijó. In: B. GERSON, *A revolução brasileira de Pedro I*. São Paulo, José Bushatsky Editor, p. 269-281.
- GUIMARÃES, L.M.P. 2001. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: L. GUIMARÃES; M. PRADO, *O liberalismo imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro, Revan/UERJ, p. 103-126.
- HABERMAS, J. 1984. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 398 p.
- HANDELMANN, H. 1982. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 359 p.
- KRAAY, H. 2001. *Race, state, and armed forces independence: era Brazil – Bahia, 1790-1840*. California, Stanford University, 362 p.
- KRAAY, H. 2004. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: C. CASTRO; V. IZECKSOHN; H. KRAAY (orgs.), *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro, FGV, p. 237-268.
- LEFEBVRE, G. 1979. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro, Campus, 202 p.
- LUCA, T.R. 2006. Revista do Brasil (1938-1943), um projeto alternativo? In: E.F. DUTRA; J. MOLLIER (orgs.), *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo, Annablume, p. 315-334.
- LUKACS, J. 2001. *Cinco dias em Londres: negociações que mudaram o rumo da II Guerra*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 217 p.
- LUSTOSA, I. 2000. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo, Companhia das Letras, 497 p.
- MACAULAY, N. 1993. A Abdicação. In: N. MACAULAY, *Dom Pedro I: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal (1798-1834)*. Rio de Janeiro, Record, p. 240-283.
- MCBETH, M. 1978. The Brazilian army and its role in the abdication of Pedro I. *Luso-Brazilian Review*, 15(1):117-129.
- MONTEIRO, T. 1946. *História do Império*. Rio de Janeiro, Briguiet, tomo 2, 374 p.
- MOREL, M. 2005. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 326 p.
- NEVES, L.M. 2009. Opinião pública. In: J. FERES JÚNIOR (org.), *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 181-202.
- RIBEIRO, G.S. 2002. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro, RelumeDumará/FAPERJ, 402 p.
- RICCI, M.L. 1995. *A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca*. Campinas, PUC, 180 p.
- SANTOS, M. 1994. *Um homem contra o Império: vida e lutas de Antônio Borges da Fonseca*. João Pessoa, União, 235 p.
- SEIDLER, C. 1980. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 335 p.
- SCHAMA, S. 1989. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 725 p.
- SCHUIZ, John. 1971. O exército e o Império. In: S.B. de HOLANDA (org.), *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico – declínio e queda do Império*. São Paulo, Difel, tomo II, vol. 4, p. 235-258.
- SOUSA, O.T. 1957a. *História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de d. Pedro I*. Rio de Janeiro, José Olympio, vol. 4, 400 p.
- SOUSA, O.T. 1957b. *História dos fundadores do Império do Brasil: Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Rio de Janeiro, José Olympio, vol. 5, 400 p.

SOUZA, A.B. de. 1999a. *O exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 191p.

SOUZA, I.L.C. 1999b. O Imperador sem finalidade: 1831. In: I.L.C.

SOUZA, *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo, UNESP, p. 327-350.

REPUBLICO. 1831. 9 de mar., p. 208

REPUBLICO. 1831. 12 de mar., p. 212

REPUBLICO. 1831. 12 de mar.

REPUBLICO. 1831. 16 de mar., p. 217.

REPUBLICO. 1831. 21 de mar.

REPUBLICO. 1831. 26 de mar., p. 231.

REPUBLICO. 1831. 30 de mar., p. 236.

REPUBLICO. 1831. 2 de abr., p. 240.

Fontes primárias

REPUBLICO. 1831. 5 de mar., p. 201

REPUBLICO. 1831. 9 de mar., p. 204

Submetido: 04/09/2012

Aceito: 26/09/2012

Fernanda Cláudia Pandolfi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Faculdade de Ciências e Letras de Assis
Av. Don Antônio, 2100
19806-900, Assis, SP, Brasil